

À  
Impugnante

**Referência: Pregão Eletrônico Nacional NF 0106-26 - Atendimento de urgência e emergência 24h, com ambulância tipo b, nas dependências da ITAIPU.**

**Assunto: Impugnação - Resposta - Pedido indeferido**

Inicialmente, cumpre-nos esclarecer que a ITAIPU é empresa juridicamente internacional, instituída por Tratado celebrado entre a República Federativa do Brasil e a República do Paraguai. Assim, a entidade é sujeita aos procedimentos de tutela representados em controles administrativos ou financeiros constantes das disposições pertinentes dos atos internacionais que a regem. Neste contexto, a binacional possui procedimentos próprios para os certames licitatórios que promove (em cumprimento ao prescrito no art. 28º do Estatuto da ITAIPU, Anexo A do Tratado), os quais se encontram disciplinados na Norma Geral de Licitação da ITAIPU (NGL).

Portanto, as licitações realizadas pela binacional, diante da sua natureza jurídica peculiar, são regidas por sua NGL, conforme consta no subitem 2.3 do Caderno de Bases e Condições (CBC) do Pregão em apreço, não lhe sendo aplicáveis as leis internas do Brasil que disciplinam sobre licitações e contratações da Administração Pública, conforme decidido pelo *Supremo Tribunal Federal*<sup>1</sup>.

Após as considerações iniciais e a análise da impugnação apresentada por V.Sa., passamos à manifestação acerca dos pontos suscitados. Em síntese, requer a impugnante o afastamento da exigência de comprovação de experiência na execução dos serviços por prazo mínimo de 06 (seis) meses ininterruptos ou, subsidiariamente, a admissão de somatório de períodos, tempo acumulado e/ou a apresentação de múltiplos atestados.

Cumprir observar que o edital prevê contratação de **serviços continuados com prazo de até 60 (sessenta) meses**. A comprovação exigida corresponde a, aproximadamente, **10% do período potencial do contrato**, montante que se situa bem aquém de parâmetros comumente admitidos como razoáveis em contratações dessa natureza.

É princípio consagrado que a Administração deve estabelecer exigências de qualificação técnica que sejam **proporcionais à complexidade, duração e riscos inerentes ao objeto contratado**, de modo a assegurar a capacidade de atendimento integral das obrigações contratuais.

A aceitação indiscriminada de somatórios de atestados descontínuos pode permitir a habilitação de licitantes que não demonstrem efetiva experiência contínua, estruturada e

<sup>1</sup> Não se aplica a Lei 8.666/1993 às alienações e às contratações de obras, serviços e bens realizadas por Itaipu Binacional. [ACO 1.904](#), rel. min. Marco Aurélio, j. 8-9-2020, P, DJE de 24-9-2020.

Itaipu Binacional. (...) Eventual fiscalização pelo Tribunal de Contas da União dar-se-á nos termos acordados em instrumento firmado entre a República Federativa do Brasil e a República do Paraguai. [ACO 1.905](#), rel. min. Marco Aurélio, j. 8-9-2020, P, DJE de 24-9-2020.

recente na execução de serviço de natureza semelhante, o que eleva riscos à adequada execução e à satisfatória continuidade do contrato.

A exigência de tempo mínimo ininterrupto encontra respaldo técnico e não é vedada pela legislação ou jurisprudência, desde que proporcional. A Administração tem discricionariedade para fixar parâmetros mínimos justificados pela natureza do serviço e pela necessidade de assegurar mínima estabilidade e experiência operacional.

O Tribunal de Contas da União (TCU) <sup>2</sup>reconhece que não é recomendável a fixação de quantitativos mínimos de atestados de capacidade técnica que superem 50% dos quantitativos do objeto licitado, salvo quando devidamente justificados no processo administrativo, sob pena de restringir indevidamente a competitividade (Acórdãos que consolidam esse entendimento do TCU sobre quantitativos e percentuais superiores a 50% dos itens a executar).

O TCU admite que a Administração exija experiência anterior compatível com o objeto contratado e indicadores de qualificação técnica que demonstrem capacidade de execução, sem que haja exigências desproporcionais ou restritivas não justificadas.

A exigência do edital, ao prever experiência contínua de apenas 6 meses, está abaixo de patamares que a jurisprudência considera excessivos e, portanto, não constitui restrição indevida, mas critério técnico-operacional legítimo.

Diante do exposto, verifica-se a inexistência de fundamento técnico ou jurídico que justifique a alteração do edital, motivo pelo qual a ITAIPU resolve indeferir a impugnação apresentada, mantendo-se integralmente as condições estabelecidas no CBC e seus anexos.

Por fim, solicitamos a gentileza confirmar o recebimento desta correspondência no campo abaixo, devolvendo-a ao e-mail [compras@itaipu.gov.br](mailto:compras@itaipu.gov.br).

Atenciosamente,

**Daniele Tassi Simioni Gemael**  
Superintendente de Compras

---

<sup>2</sup> TCU, Acórdão n° 1.851/2015, Plenário; TCU, Acórdão n° 2.383/2007, Plenário; TCU, Acórdão n° 1.695/2011, Plenário).

## PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinatura/Firma Digital - Itaipu Binacional. Para verificar as assinaturas, clique no link <https://pad.itaipu.gov.br/Verificar/0D1D-F415-489A-266A> ou visite o site <https://pad.itaipu.gov.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 0D1D-F415-489A-266A



### Hash do Documento

106EBECA18316874CA9A8E557C058B3C0E45678D2566FCD93B343D1EA5B578EC

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 20/02/2026 é(são) :

☒ Daniele Tassi Simioni Gemael - 023.\*\*\*.\*\*\*-04 em 20/02/2026

16:24 UTC-03:00

**Tipo:** Certificado Digital